

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.364 - DF (2018/0153850-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RAIMUNDO DE PAULO DE LIMA
ADVOGADO : ERNANI DA SILVA CARLOS E OUTRO(S) - DF023010
AGRAVADO : CORNELIO FERNANDES DE AGUIAR
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042, do CPC/2015), interposto por RAIMUNDO DE PAULO LIMA, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 383-387, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, assim ementado (fl. 272-273, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA E INÉPCIA DA INICIAL. NÃO PROVIMENTO. ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. COMPROVAÇÃO. PENSÃO VITALÍCIA. CABIMENTO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO.

1. Se as provas juntadas aos autos são suficientes para firmar a convicção do magistrado acerca da matéria posta em juízo, não há que se falar em cerceamento de defesa, em face da não realização de prova oral. Agravo retido não provido.

2. A responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar estão previstos nos arts. 927, 186 e 187, todos do Código Civil, pois todo aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, devendo restar demonstrados a ocorrência do dano, a culpa do agente e o nexo de causalidade entre ambos.

3. O laudo da Polícia Civil demonstrou a ocorrência do acidente, bem como descreve a dinâmica em que se deu, sendo conclusivo ao estabelecer como causa determinante do evento a manobra de conversão à esquerda, efetuada pelo condutor réu, em circunstâncias que não lhe eram favoráveis, resultando interceptar a trajetória da motocicleta do autor e com ela colidir.

4. Apensão mensal vitalícia é devida quando comprovado que o lesado não pode mais exercer suas funções ou tem sua capacidade de trabalho reduzida, em decorrência do acidente.

5. O valor da indenização por danos morais deve ser suficiente e adequado ao caso, deve atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando a extensão e a gravidade do dano, sem, contudo, desconsiderar a capacidade econômica do agente, além de observar o caráter punitivo-pedagógico da medida.

6. Agravo retido e apelação não providos.

Opostos embargos de declaração (fls. 288-303, e-STJ), estes foram rejeitados (fls. 319-332 e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 336-354, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos artigos (i) 327, §1º, inciso I, 330, § 1º, inciso IV e 337, inciso XI, todos do

Código de Processo Civil de 2015, alegando que o recorrido já recebeu indenização de seguro particular pelos danos que alega ter sofrido, sendo ainda, os pedidos formulados na inicial incompatíveis; (ii) artigos 369, 465, § 1º, incisos I, II, e III, 474, e 489, inciso IV, todos do Código de Processo Civil de 2015, sustentando que teve o direito de defesa tolhido, pois negada a produção da prova testemunhal.

Pede ainda, o recorrente, pela fixação da pensão vitalícia em 25% sobre o valor de R\$ 1.350,00, o direito à compensação ou abatimento na indenização a ser paga em relação àquela já quitada pelo seguro, e o afastamento da multa arbitrada em razão dos embargos de declaração protelatórios.

Contrarrazões (fls. 369-374, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, em razão da incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo (fls. 389-408, e-STJ), no qual o insurgente, buscando destrancar o processamento da insurgência, refuta o óbice aplicado pela Corte de origem.

Contraminuta às fls. 422-425 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, verifica-se que recurso especial apresenta deficiência em sua fundamentação, uma vez que, quanto aos pedidos de (i) fixação da pensão vitalícia em 25% sobre o valor de R\$ 1.350,00; (ii) compensação ou abatimento na indenização a ser paga em relação àquela já quitada pelo seguro; (iii) afastamento da multa arbitrada em razão dos embargos de declaração protelatórios, a parte agravante deixou de indicar qual dispositivo legal foi violado pelo acórdão recorrido.

Ressalte-se que a admissibilidade do presente recurso pela alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal – o que não ocorreu na hipótese em exame.

Incide, portanto, o enunciado da Súmula 284/STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AGRAVO DE INSTRUMENTO.

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARGUMENTAÇÃO RECURSAL NÃO ATRELADA A DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE OFENDIDO. SÚMULA 284/STF. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO DESPROVIDO.

1. As razões do recurso especial se encontram dissociadas da prescrição contida na legislação federal tida por violada, o que revela deficiência de fundamentação.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a simples demonstração de inconformismo não é suficiente à abertura da instância especial, cabendo à parte atrelar a sua argumentação a dispositivo legal supostamente violado ou a divergência jurisprudencial, sem o que incide, por analogia, a Súmula 284 do STF. 3. Este STJ firmou o entendimento de

que, nos contratos de participação financeira, quando convertida a obrigação de subscrever ações em perdas e danos, os juros de mora devem incidir a partir da citação.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1147009/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. MORA. NOTIFICAÇÃO ENCAMINHADA E RECEBIDA NO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CONSTANTE DO CONTRATO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal.

2. Para a caracterização do alegado dissídio jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas, devendo ser mencionadas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como deve ser indicada a lei federal a que foi atribuída interpretação divergente, sob pena de não serem atendidos os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e art. 255, § 2º, do RISTJ.

3. A mora decorre do simples vencimento, devendo, por formalidade legal, para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, ser tão somente comprovada, pelo credor, através do envio da notificação via postal, com aviso de recebimento no endereço do devedor apontado no contrato, o que ocorreu no presente caso, sendo prescindível, para esse efeito, a assinatura do destinatário. Incide na espécie a Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1168944/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019)

2. Com efeito, quando à alegação de ofensa artigos 369, 465, § 1º, incisos I, II, e III, 474, e 489, inciso IV, todos do CPC/2015, o ora recorrente sustenta que teve o direito de defesa tolhido, pois negada a produção da prova testemunhal pelo Tribunal de origem. No ponto, não assiste razão à recorrente.

O Tribunal a quo, ao analisar a alegação de cerceamento de defesa, decidiu sobre o tema:

"Como se vê, a ilustre magistrada singular considerou suficiente o laudo pericial para a demonstração da dinâmica do acidente e desnecessária a produção de provas testemunhais para essa finalidade. Como se sabe, o juiz é o destinatário das provas, cabendo-lhe avaliar aquelas que realmente se mostrem aptas à formação do seu convencimento, indeferindo as que se revelarem inúteis à resolução da controvérsia. **Entendendo o magistrado, de forma devidamente fundamentada, que o laudo pericial seria suficiente, e que as provas testemunhas seriam inúteis para a comprovação da dinâmica do acidente, não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento de produção da prova testemunhal postulada pelo apelante.**" [grifou-se]

Com efeito, cumpre salientar que o destinatário final das provas produzidas é o juiz, a quem cabe avaliar sua suficiência e necessidade. Assim, se o magistrado, após análise dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, entendeu não haver a necessidade de complementação probatória para o julgamento da lide, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. "No sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil (artigos 130 e 131, CPC/1973 e 371, CPC/2015), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento" (AgInt no AgRg no AREsp 717.723/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254100/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

[grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OFENSA AO ART. 535, I E II, DO CPC/73. NÃO CARACTERIZADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE AGIOTAGEM NÃO COMPROVADA. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Se o acórdão estadual considerou suficientes as provas documentais colacionadas aos autos para a formação de seu convencimento, a reforma da conclusão de não ter sido configurado o cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova testemunhal, demandaria revisão do contexto fático-probatório, o que é defeso a esta Corte, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1481571/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 30/09/2016) [grifou-se]

A alteração do entendimento firmado no acórdão recorrido quanto à suficiência das provas produzidas pelas partes para julgamento da causa e quanto à tese de cerceamento de defesa demandaria, necessariamente, a reanálise do acervo fático-probatório.

Incide, portanto, a Súmula 7/STJ.

3. Por fim, no tocante à alegada ofensa aos artigos 327, §1º, inciso I, 330, § 1º, inciso IV e 337, inciso XI, todos do CPC/2015, o ora recorrente sustentou que o recorrido já recebera indenização de seguro particular pelos danos que alega ter sofrido, sendo ainda, os pedidos formulados na inicial incompatíveis. Sobre o tema, o juízo *a quo*, com amparo nos elementos de convicção dos autos, rejeitou as preliminares, porquanto o fato do seguro contratado pelo recorrido ter pago os danos do veículo não significa a quitação de todos os danos sofridos pelo mesmo.

A Corte de origem assim decidiu a controvérsia (fl. 277, e-STJ, sem grifos no original):

"Na petição inicial, o autor descreveu as razões de fato e de direito pelas quais entende que o seu pedido deve ser atendido e todos os pedidos formulados decorrem, em tese, dos fatos descritos. Além disso, **o fato de o seguro ter pago os danos ao veículo do autor não significou a quitação de todos os danos sofridos por este, pois, como o seguro é um contrato, existem prejuízos que podem não estar previstos na apólice.** Logo, há interesse de agir e o pedido não é proibido pelo ordenamento jurídico."

Sendo assim, derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem a acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Neste sentido, os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUSA DE TRATAMENTO MÉDICO. EXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
2. No caso concreto, alterar a conclusão do Tribunal de origem para desconstituir o interesse de agir do recorrido, bem como para afastar o dano moral, seria necessária nova análise da prova dos autos, inviável em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1258270/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA OU EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REVISÃO DA DECISÃO ESTADUAL. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM RAZOABILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A revisão das conclusões estaduais - acerca de não estarem configurados o cerceamento de defesa e o julgamento ultra ou extra petita,

bem como haver interesse de agir, dano moral indenizável e razoabilidade e proporcionalidade no valor fixado a esse título - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

2. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1145352/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 23/11/2017)

4. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do CPC/2015 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

